



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº 10930.900105/2010-01
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº **3001-000.078 – Turma Extraordinária / 1ª Turma**
Sessão de 31 de outubro de 2017
Matéria RESSARCIMENTO IPI
Recorrente CAEMMUM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Período de apuração: 01/10/2005 a 31/12/2005

IPI - RESSARCIMENTO - PROVA INTEMPESTIVA

É intempestiva a prova acostada aos autos em sede de Recurso Voluntário.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário, vencido o conselheiro Cássio Schappo, que lhe deu provimento.

(assinado digitalmente)

Orlando Rutigliani Berri - Presidente

(assinado digitalmente)

Renato Vieira de Avila - Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Orlando Rutigliani Berri, Renato Vieira de Avila, Cleber Magalhães e Cássio Schappo.

Relatório

Despacho Decisório 857199869

O despacho decisório acima destacado julgou Per Dcomp 20633.03830.110106.1.3.01-5064, referente ao 4º. trimestre de 2005.

O valor do crédito solicitado foi de R\$ 22.842,94 sendo que o valor do crédito reconhecido foi de R\$ 0,00. O valor do crédito reconhecido foi inferior ao solicitado em razão de glosa de créditos considerados indevidos.

Diante do exposto foi considerada não homologada a compensação declarada, e posto em exigência crédito tributário cujo principal é de R\$ 22.842,94, multa de R\$ 4.568,58 e juros no valor de R\$10.720,19.

Acórdão DRJ/RPO

A Manifestação de Inconformidade foi julgada com a seguinte ementa:

Acórdão: 14-40.206 - 8ª Turma

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS
INDUSTRIALIZADOS - IPI*

Período de apuração: 01/10/2005 a 31/12/2005

*PER/DCOMP. DESPACHO DECISÓRIO ELETRÔNICO.
GLOSA DE CRÉDITOS. AQUISIÇÕES NO MERCADO
EXTERNO. CNPJ INFORMADO NO PER/DCOMP NÃO
CADASTRADO. DECLARAÇÕES DE IMPORTAÇÃO. NOTAS
FISCAIS DE ENTRADA EMITIDAS PELA EMPRESA
ADQUIRENTE, CADASTRADA NO CNPJ.*

São passíveis de aproveitamento na escrita fiscal os créditos concernentes a notas fiscais de entrada de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem provenientes do mercado externo, emitidas pela empresa adquirente, cadastrada no CNPJ, à vista das respectivas Declarações de Importação (DI), ainda que o CNPJ informado no PER/DCOMP seja não cadastrado.

*Impugnação Procedente em Parte Direito Creditório
Reconhecido em Parte*

Pelas particularidades fáticas, adota-se, neste caso, o texto do Acórdão:

"Trata-se de Manifestação de Inconformidade interposta em face do Despacho Decisório resultante da apreciação do Pedido de Ressarcimento eletrônico (PERDCOMP) nº 20633.03830.110106.1.3.01-5064 (fls. 003 a 081), protocolado em 11/01/2006, por meio do qual a contribuinte pretende compensar crédito no valor total de R\$ 22.842,94, em débitos do estabelecimento.

Conforme informado pela contribuinte (fls. 005, 006 e 007), o crédito a ser compensado tem sua origem em créditos de insumos adquiridos pelo estabelecimento CNPJ nº 81.904.948/0001-73, fundamentado no art. 11 da Lei 9.779, de 19 de janeiro de 1999, referentes ao 4º trimestre de 2005.

A análise da liquidez e certeza do crédito pleiteado foi efetuada pela Delgacia da Receita Federal do Brasil em Londrina - SC, que, em 10/02/2010, emitiu Despacho Decisório (fls. 082), no qual a autoridade competente não reconheceu o crédito e não homologou as compensações em virtude de glosa de créditos cujo estabelecimento emitente da nota fiscal não é cadastrado no CNPJ.

Manifesta concordância com o fato de que o número de CNPJ 99.999.997/0065-67 é inexistente e esclarece que esse número foi inadvertidamente “criado” pelos funcionários de processamento de dados para que o sistema operacional aceitasse compras vindas da Argentina e que acabaram sendo transferidas ao PER/DCOMP.

Portanto, trata-se de créditos de IPI oriundos de importação e as notas fiscais constantes da relação presente nos anexos ao Despacho Decisório são todas notas de entrada, emitidas pela própria contribuinte, o que busca comprovar anexando os processos de importação e as respectivas notas fiscais de entrada nº 42600, 43188, 44325, 44662, 45056 e 45057, todas emitidas com o CFOP 3.101, portanto, referentes a aquisições do mercado externo, sem CNPJ

a verificação da documentação apresentada revelou haver correspondência entre as notas fiscais, as declarações de importação e os valores dos créditos pleiteados para as notas fiscais, à exceção da nota fiscal nº 45056, para a qual a contribuinte somente apresentou à cópia da nota fiscal, não tendo sido anexado nenhum documento de importação referente a essa operação, daí não ter sido reconsiderada essa parcela da glosa.

Concluiu que razão milita a favor da requerente, pois não há como informar um número válido de CNPJ referente a fornecedores de mercadorias estrangeiras, sendo os ingressos das mercadorias no estabelecimento adquirente após o desembarque aduaneiro acobertadas por notas fiscais de entrada. A única glosa mantida foi a de R\$ 13.020,48 referente a dezembro/2005, conforme tabela:

Período	Saldo Anterior	Créditos Não Ressarcíveis	Créditos Ressarcíveis	Glosa Mantida	Débitos	Saldo Credor	Saldo Devedor
out/05	0,00	59,60	115.159,40	0,00	110.164,70	5.054,30	0,00
nov/05	5.054,30	456,75	86.860,78	0,00	142.637,42	0,00	50.265,59
dez/05	0,00	133,35	115.829,83	13.020,48	93.120,24	9.822,46	0,00

Recurso Voluntário

A Recorrente opos à exceção feita à nota fiscal nº 45056, para a qual somente apresentou à cópia da nota fiscal, não tendo sido anexado nenhum documento de importação referente a essa operação, daí não ter sido reconsiderada essa parcela da glosa.

Consta, na peça de defesa, que foram anexados os documentos comprobatórios de importação, porem não localizaram a documentação relativa a NOTA FISCAL 45056, e, por tal motivo, houve glosa do crédito.

A fim de remediar a ausência dos documentos, traz, neste momento processual, os documentos que, na sua visão, suportam as notas fiscais.

É o Relatório.

Voto

Conselheiro Relator Renato Vieira de Avila

Tempestividade

Foi recebido Aviso de Recebimento - AR em 17/12/2013 e o Recurso Voluntário protocolizado em 14 de Janeiro de 2014.

Portanto, tempestivo o Recurso.

Mérito

O tema a respeito do momento da juntada de prova neste Conselho repercute em discussões com variadas opiniões. Todas com estrutura lógica e rigor semânticos incorrigíveis. Dentre elas, este conselheiro se afilia à corrente adepta à aplicação do artigo 16, parágrafo quarto do Decreto 70.235/72. Abaixo, transcreve-se ementas de acórdãos, que há muito, servem de fundamento tal posicionamento:

Acórdão nº : 202-15.430

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL — PRODUÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL — PRECLUSÃO — Na forma § 4º do artigo 16 do Decreto nº 70.235/72, a prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o Impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior; refira-se a fato ou direito

superveniente; ou destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidos aos autos

Conclusão

Diante do exposto, voto por conhecer do recurso e negar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

Relator - Renato Vieira de Avila